



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo.

Em 8 de outubro de 2010 a terra tremeu como jamais se havia visto em Mara Rosa, cidade com 10 mil habitantes no norte de Goiás. Passava um pouco das 5 da tarde daquela sexta-feira e as pessoas se preparavam para o fim de semana quando o chão balançou tão intensamente a ponto de se tornar difícil ficar em pé. Menos de um minuto mais tarde, os reflexos desse terremoto de magnitude 5, um dos mais fortes registrados no país nos últimos 30 anos, haviam percorrido 250 quilômetros e alcançado Brasília, onde alguns prédios chegaram a ser desocupados.

Nas semanas seguintes, Lucas Barros, chefe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB), e sua equipe instalaram sismógrafos em Mara Rosa e nos municípios vizinhos. Em seis meses, outros 800 sismos, menos intensos, ocorreram ali e ajudaram a determinar a causa direta do desassossego da terra naquela região. Bem abaixo de Mara Rosa, a uns três quilômetros de profundidade, há uma extensa rachadura na crosta terrestre, a camada mais rígida e externa do planeta. E, ao longo dessa fratura que se estende por cinco quilômetros, as rochas haviam se deslocado, fazendo a terra tremer.

A identificação dessa fratura não chegou a surpreender o grupo da UnB. Mara Rosa e outros municípios do norte de Goiás e do sul de Tocantins se encontram em uma região geologicamente instável: a zona sísmica Goiás-Tocantins, que concentra 10% dos terremotos do Brasil. Parte dos geólogos atribui a elevada frequência de tremores nessa área – uma das nove zonas sísmicas delimitadas no país – à proximidade com o Lineamento Transbrasiliano, uma extensa cicatriz na crosta terrestre que cruza o Brasil e, do outro lado do Atlântico, continua na África.

Mas nem todos concordam. Muitas vezes a localização dos tremores não coincide com a desse conjunto de falhas e, em certos trechos dele, nunca se detectaram tremores.

(Adaptado de Igor Zolnerkvic e Ricardo Zorzeto. Disponível em: www.revista.pesquisa.fapesp.br/2013/05/14/por-que-aterra-treme-no-brasil/. Acesso em 24/07/2013)

1. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) Estudiosos ainda divergem quanto às causas da incidência de terremotos em municípios de Goiás.
- (B) As consequências da alta incidência de terremotos em municípios de Goiás preocupam os geólogos.
- (C) Em razão de sua magnitude, os terremotos que atingem Goiás têm força suficiente para se propagarem até o outro lado do Atlântico.
- (D) A identificação de uma rachadura na crosta terrestre, provável causa de um terremoto que atingiu Goiás, causou espanto entre os pesquisadores.
- (E) Em 2010, pega desprevenida, a cidade de Mara Rosa teve de ser desocupada em função de um terremoto fortíssimo.

2. *Mara Rosa e outros municípios do norte de Goiás e do sul de Tocantins se encontram em uma região geologicamente instável: a zona sísmica Goiás-Tocantins, que concentra 10% dos terremotos do Brasil.*

- I. Na frase acima, a vírgula empregada imediatamente após *Goiás-Tocantins* pode ser suprimida, sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical.
- II. Os dois-pontos assinalam um esclarecimento a respeito do que se afirmou antes.
- III. Uma vírgula pode ser inserida imediatamente após *Mara Rosa*, sem prejuízo para a correção e o sentido original.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

3. Uma redação alternativa, escrita com correção e lógica, para um segmento do texto é:

- (A) 800 sismos que ocorreram ali em um período de seis meses ajudaram a determinar a causa dos tremores da terra naquela região.
- (B) Uma pequena porcentagem dos terremotos do Brasil se concentram na zona sísmica Goiás-Tocantins, na qual é geologicamente instável.
- (C) Em certos trechos do *Lineamento Transbrasiliano*, jamais se registrou tremores.
- (D) Os reflexos do terremoto percorreu 250 quilômetros e alcançou Brasília, a qual alguns prédios foram desocupados.
- (E) Abaixo de Mara Rosa, à, possivelmente, três quilômetros de profundidade, existe rachaduras na crosta terrestre.

4. O verbo flexionado no singular que também pode ser corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está em:

- (A) *Muitas vezes a localização dos tremores não coincide com...*
- (B) *... a uns três quilômetros de profundidade, há uma extensa rachadura...*
- (C) *... uma extensa cicatriz na crosta terrestre que cruza o Brasil...*
- (D) *Parte dos geólogos atribui a elevada frequência de tremores nessa área...*
- (E) *E, ao longo dessa fratura que se estende por cinco quilômetros...*



5. A frase em que se admite transposição para a voz passiva está em:
- (A) *Passava um pouco das 5 da tarde daquela sexta-feira...*
- (B) *Em 8 de outubro de 2010 a terra tremeu como...*
- (C) *... e sua equipe instalaram sismógrafos em Mara Rosa...*
- (D) *Mas nem todos concordam.*
- (E) *... a localização dos tremores não coincide com a desse conjunto de falhas...*

6. No texto, considera-se irônico o fato de
- (A) Van Gogh ter tido uma vida tão breve e, ao mesmo tempo, produção artística tão profícua.
- (B) as obras de Van Gogh terem sido menosprezadas no passado e hoje possuírem valor elevado.
- (C) Van Gogh ter tido vida interior muito rica e, mesmo assim, ter vivido fora dos desejados padrões sociais.
- (D) não se poder falar da obra de Van Gogh, por esta ter atingido o que se entende por ápice e estar acima de todas as críticas.
- (E) Van Gogh ter sido desprezado pelos seus contemporâneos e, ainda assim, ter influenciado sucessivas gerações de artistas.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, considere o texto abaixo.

Pintor e desenhista, Van Gogh compôs um dos mais renomados conjuntos de obras de arte do acervo da história das artes plásticas mundiais.

Influenciou, direta ou indiretamente, a produção de sucessivas gerações de artistas, e, em razão da tragicidade de sua existência, tornou-se um modelo, uma espécie de paradigma de personalidade artística criadora.

De vida interior intensa e conturbada, a ele foi impossível uma existência regular, dentro de padrões. Em sua atividade artística, tardia e extraordinariamente breve (quando morreu, contava apenas 37 anos de idade), Van Gogh encontrou somente a frustração e a indiferença entre seus contemporâneos. Suas telas, se não eram destruídas ou vilipendiadas, eram guardadas em porões e depósitos como qualquer entulho.

Triste ironia, considerando-se que hoje acompanhamos pelos noticiários internacionais os leilões de suas obras, arrematadas por colecionadores do mundo todo a preços vultosos.

Dele, como artista, ou mesmo de sua obra, já não se deve falar, visto que ingressaram, indiscutivelmente, no rol dos inquestionáveis tesouros humanos. No entanto, no interior mesmo do mundo objetivo da cultura, ao qual sua pintura se integra, seu legado poderia ser utilizado, como modelo ou premissa, para a análise de inúmeras questões – sociais ou estéticas – que envolvem a arte contemporaneamente.

(Adaptado de João Werner. **Ensaio sobre arte e estética.** Formato ebook)

7. – Van Gogh compôs um dos mais importantes conjuntos de obras plásticas do acervo da história das artes mundiais.

– A obra de Van Gogh influenciou a produção de sucessivas gerações de artistas.

As frases acima se articulam com correção e lógica em:

- (A) Um dos mais importantes conjuntos de obras plásticas do acervo da história das artes mundiais foi composto por Van Gogh, cujo pintor influenciou a produção de sucessivas gerações de artistas.
- (B) Um dos mais importantes conjuntos de obras plásticas do acervo da história das artes mundiais foi composto por Van Gogh, cuja obra influenciou a produção de sucessivas gerações de artistas.
- (C) Van Gogh compôs um dos mais importantes conjuntos de obras plásticas do acervo da história das artes mundiais, onde a produção de sucessivas gerações de artistas foram influenciadas pelo mesmo.
- (D) Um dos mais importantes conjuntos de obras plásticas do acervo da história das artes mundiais fora composto por Van Gogh, as quais influenciaram a produção de sucessivas gerações de artistas.
- (E) Van Gogh, que veio a compor um dos mais importantes conjuntos de obras plásticas do acervo da história das artes mundiais, pelas quais a produção de sucessivas gerações de artistas foram influenciadas.

8. ... no interior mesmo do mundo objetivo da cultura, ao qual sua pintura se integra...

Sem prejuízo para a correção gramatical, o elemento sublinhado pode ser substituído por:

- (A) abrange.
- (B) inclui.
- (C) incorre.
- (D) completa.
- (E) incorpora.



9. Está correto o que se afirma sobre um segmento do texto:

- (A) No segmento *Influenciou, direta ou indiretamente, a produção de sucessivas gerações de artistas, e...* (2º parágrafo) a vírgula empregada imediatamente após **artistas** não pode ser suprimida.
- (B) Os parênteses (3º parágrafo) isolam uma ressalva ao que se afirmou no segmento imediatamente anterior.
- (C) Considerando-se o contexto, no trecho em razão da tragicidade de sua existência (2º parágrafo), o segmento sublinhado pode ser substituído por **devido a**.
- (D) O segmento sublinhado em No entanto, no interior mesmo do mundo objetivo da cultura... (5º parágrafo) tem valor conclusivo.
- (E) No segmento – *sociais ou estéticas* – (5º parágrafo), os travessões podem ser suprimidos, sem prejuízo para a correção.

10. Suas telas, se não eram destruídas ou vilipendiadas, eram guardadas...

Preservando-se o sentido original, o elemento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por

- (A) embora.
- (B) como.
- (C) quando.
- (D) desde que.
- (E) caso.

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 16, considere o texto abaixo.

No ano de 1296, ao lançarem a pedra fundamental da Igreja de Santa Maria Del Fiore – a Catedral de Florença –, os governantes da cidade italiana iniciavam uma empreitada épica que se estenderia por quase 600 anos. Tão grandioso que parece estabelecer uma conexão entre o casario florentino e o céu, o edifício em questão só seria concluído no século XIX. A obra foi interrompida por surtos de peste que chegaram a dizimar quatro quintos da população local. Enfrentaram-se contratempos para transportar em barquetas ao longo do Rio Arno enormes quantidades de materiais como o mármore da vizinha Carrara. A dificuldade mais monumental, contudo, provinha dos desafios técnicos do projeto, como a construção da cúpula da igreja que ficou sob o comando de Filippo Brunelleschi.

O gênio de Brunelleschi residia em seu domínio da dinâmica dos materiais e da matemática. Ele inventou um guindaste capaz de içar toneladas de material do chão ao cume da abóbada da Catedral só com a tração de alguns bois. Mas a grande façanha da obra foi embutir ao longo dos oito lados da cúpula nove anéis circulares horizontais – referência aos círculos que compõem o Paraíso na Divina Comédia de Dante Alighieri. Os anéis neutralizam as forças de tensão, mantendo a estrutura

suspensa. A façanha fez de Brunelleschi a primeira celebridade da arquitetura.

Paranoico com o risco de plágio, ele fazia seus projetos em código. Irascível, foi extremamente rigoroso com pedreiros grevistas. Em outra ocasião, armou uma farsa para humilhar seu rival, o escultor Lorenzo Ghiberti. Inconformado por ter de dividir com ele o gerenciamento da construção, Brunelleschi teria se fingido de doente para que ficasse a cargo de Ghiberti a decisão sobre como tocar a obra. Ao expor a inépcia do desafeto, ganhou mais poder e triplicou seu salário. Diante do milagre de Santa Maria Del Fiore, fica uma certeza: cada florim pago ao genioso arquiteto foi muito bem gasto.

(Adaptado de: Marcelo Marthe. **Revista Veja**, 12/06/13. p. 136)

11. Considerando-se o contexto, há relação de causa e consequência em:

- (A) *Paranoico com o risco de plágio, ele fazia seus projetos em código.*
- (B) *O gênio de Brunelleschi residia em seu domínio da dinâmica dos materiais e da matemática.*
- (C) *... os governantes da cidade italiana iniciavam uma empreitada épica que se estenderia por quase 600 anos.*
- (D) *Em outra ocasião, armou uma farsa para humilhar seu rival, o escultor Lorenzo Ghiberti.*
- (E) *... o edifício em questão só seria concluído no século XIX.*

12. Sem prejuízo para a correção e o sentido, o elemento sublinhado pode ser substituído pelo indicado entre parênteses em:

- (A) Irascível, foi extremamente rigoroso... (Dado a encolerizar-se)
- (B) Ao expor a inépcia do desafeto... (veleidade do famigerado)
- (C) A obra foi interrompida por surtos de peste... (Interromperam-se o feito)
- (D) ... iniciavam uma empreitada épica... (uma jornada bélica)
- (E) Ele inventou um guindaste capaz de içar... (propício)

13. ... embutir ao longo dos oito lados da cúpula nove anéis circulares horizontais – referência aos círculos que compõem o Paraíso na Divina Comédia de Dante Alighieri. Os anéis neutralizam as forças de tensão...

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

- (A) os embutir - compõem-lhe - as neutralizam
- (B) embuti-los - compõem-no - neutralizam-nas
- (C) embutir-lhes - o compõem - lhe neutralizam
- (D) embuti-los - lhe compõem - as neutralizam
- (E) embutir-lhes - compõem-o - neutralizam-nas



14. *A dificuldade mais monumental, contudo, provinha dos desafios técnicos do projeto...*

Sem que nenhuma outra alteração seja feita, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima, caso se substitua o elemento sublinhado por

- (A) haja vista.
- (B) conquanto.
- (C) todavia.
- (D) porquanto.
- (E) apesar disso.

15. *A dificuldade mais monumental [...] provinha dos desafios técnicos do projeto...*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) *Ele inventou um guindaste capaz de...*
- (B) *... os governantes da cidade italiana iniciavam uma empreitada épica...*
- (C) *... ele fazia seus projetos em código.*
- (D) *Em outra ocasião, armou uma farsa para...*
- (E) *O gênio de Brunelleschi residia em seu domínio da dinâmica dos materiais...*

16. As normas de concordância estão plenamente respeitadas na frase:

- (A) Sobressai, na igreja projetada por Brunelleschi, os nove anéis circulares horizontais que se estende pelos oito lados da cúpula.
- (B) Imagina-se que devam haver outras referências ao poeta Dante Alighieri nos projetos arquitetônicos de Brunelleschi.
- (C) Famoso por sua ousadia, nunca inquietou Brunelleschi os nove anéis circulares horizontais que seriam embutidos ao longo dos oito lados da cúpula da igreja.
- (D) Quando deparam com a Catedral de Florença, os turistas não imaginam que tantas intempéries, como a peste negra, por exemplo, detiveram sua construção.
- (E) Cada um dos círculos que se encontra na cúpula da igreja projetados por Brunelleschi foram inspirados no Paraíso de Dante Alighieri.

17. O sinal indicativo de crase está empregado corretamente na frase:

- (A) As origens da poesia amorosa italiana geram controvérsias; as opiniões diferem conforme se dá mais relevo à novidade do conteúdo ou à novidade da forma artística.
- (B) No século XVI, a literatura italiana antecipou-se à todas as outras literaturas europeias, criando novos gêneros e formas de expressão.
- (C) Com os mestres de Dante, começa a poesia amorosa; Dante e Petrarca à continuam e Boccaccio fornece a ela novo requinte psicológico.
- (D) Com a enorme influência da literatura francesa medieval não pode ser comparada à da literatura italiana do século XVI.
- (E) As famílias florentinas dos Bardi e Peruzzi, comerciantes de lã, chegaram à conceder vultosos empréstimos à outras nações.

Atenção: Para responder às questões de números 18 e 19, considere o texto abaixo.

Você acredita no amor romântico? Alguns dirão que pessoas maduras sabem que o amor não existe. Outros, que é diferente de paixão, sendo esta passageira, enquanto o amor seria algo mais sólido, dado a parcerias de longa duração.

O tema nos encanta, apesar de alguns teóricos afirmarem que o amor é mera invenção da literatura europeia medieval, universalizada, de modo equivocado, pelos autores românticos dos séculos 19 e 20.

(Adaptado de: Luiz Felipe Pondé. **Folha de S. Paulo**, 11/02/2013)

18. *O tema nos encanta, apesar de alguns teóricos afirmarem que o amor é mera invenção da literatura europeia medieval, universalizada, de modo equivocado, pelos autores românticos dos séculos 19 e 20.*

Afirma-se corretamente sobre a frase acima:

- (A) Sem prejuízo para a correção, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após **que**.
- (B) Substituindo-se *apesar de* por “embora”, a forma verbal deverá ser modificada para **afirmam**.
- (C) Sem que nenhuma outra alteração seja feita, o segmento *alguns teóricos* pode ser substituído por “um e outro teórico”.
- (D) No segmento *O tema nos encanta*, o verbo encantar não exige complemento, já que, no contexto, está empregado como **intransitivo**.
- (E) Sem prejuízo para o sentido original, a palavra *universalizada* pode ser substituída por “abarcada”.

19. *... enquanto o amor seria algo mais sólido, dado a parcerias de longa duração.*

Considerando-se o contexto, no segmento acima há uma

- (A) concessão.
- (B) indicação de finalidade.
- (C) comparação.
- (D) contradição.
- (E) indicação de causa.

20. *A narrativa medieval descreve essa “doença do pensamento, do espírito” como um modo de obsessão que o homem e a mulher, fazendo com que presos no desejo de estar um com o outro e atormentados quando não podem se encontrar.*

A estrutura ideal o amor impossível.

(Adaptado de: Luiz Felipe Pondé. **Folha de S. Paulo**, 11/02/2013)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) *arrastaria* - *ficassem* - *suponha*
- (B) *arrastava* - *ficam* - *supôs*
- (C) *arraste* - *ficassem* - *suponha*
- (D) *arrastaria* - *ficariam* - *supunha*
- (E) *arrasta* - *fiquem* - *supõe*

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Patrícia e Pedro são brasileiros natos e casados há seis anos. Patrícia está grávida de sete meses. Pedro, Ministro de Estado do Governo Federal, tem uma reunião de trabalho na ONU, com duração de uma semana, em Nova York, e leva sua esposa Patrícia para lhe acompanhar nesta viagem. Durante a viagem, programada para o período de 20 dias, Patrícia é internada às pressas em um hospital de Nova York onde acaba realizando o parto. O filho do casal, Pedro, nasce com saúde e prematuro em Nova York. Neste caso, segundo a Constituição Federal de 1988, Pedro será considerado brasileiro nato,

- (A) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (B) independentemente de qualquer ato de registro em repartição brasileira competente ou residência posterior na República Federativa do Brasil.
- (C) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e venha a residir na República Federativa do Brasil, optando, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil antes de completada a maioridade e, alcançada esta, opte pela nacionalidade brasileira.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e venha a residir na República Federativa do Brasil antes de completada a maioridade e, alcançada esta, opte pela nacionalidade brasileira.

22. Considere a seguinte Ementa extraída do julgamento do Recurso Extraordinário 56158-MG, pelo Supremo Tribunal Federal: *TAXA – SERVIÇO DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS – COMPATIBILIDADE CONSTITUCIONAL – ELUCIDAÇÃO – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA. Surge com envergadura maior de-finir-se a constitucionalidade, ou não, de taxa cobrada pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios.* Neste caso, o Supremo Tribunal Federal analisou

- (A) a admissibilidade e o mérito do recurso extraordinário interposto, por voto de no mínimo seis de seus membros.
- (B) o mérito do recurso extraordinário interposto.
- (C) apenas a admissibilidade do recurso extraordinário interposto, reconhecendo a repercussão geral da questão suscitada, que exige, nos termos da Constituição Federal, voto de no mínimo dois terços de seus membros.
- (D) apenas a admissibilidade do recurso extraordinário interposto, reconhecendo a repercussão geral da questão suscitada, admissibilidade esta que somente poderia ser recusada por voto de dois terços de seus membros.
- (E) apenas a admissibilidade do recurso extraordinário interposto, reconhecendo a repercussão geral da questão suscitada, admissibilidade esta que somente poderia ser recusada por voto de no mínimo cinco de seus membros.

23. *Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município é atribuição constitucional*

- (A) do Congresso Nacional.
- (B) do Tribunal de Contas da União.
- (C) do Supremo Tribunal Federal.
- (D) das Assembleias Legislativas Estaduais.
- (E) das Câmaras Municipais.

24. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. A Presidente da República delegou o provimento de um cargo público ao Ministro da Fazenda.
- II. A Presidente da República delegou a concessão de indulto ao Ministro da Justiça.
- III. A Presidente da República delegou ao Ministro da Casa Civil a disposição, mediante decreto, da organização e funcionamento da Administração federal, sem implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- IV. A Presidente da República delegou a extinção de um cargo público ao Procurador-Geral da República.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, agiu corretamente a Presidente da República nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

25. Considere a seguinte situação hipotética: Paulo é Procurador de Justiça no Estado de Goiás e pretende ser nomeado Procurador-Geral de Justiça do referido Estado da Federação. Para tanto, Paulo deverá

- (A) ser nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa de Goiás, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (B) ser nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa de Goiás, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (C) figurar em lista tríplice formada pelo Ministério Público de Goiás dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, e ser nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (D) figurar em lista tríplice formada pelo Ministério Público de Goiás dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, e ser nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (E) figurar em lista tríplice formada pelo Ministério Público de Goiás dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, e ser nomeado pelo Governador do Estado para mandato de três anos, permitida uma recondução.



Noções de Direito do Trabalho

26. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta normas que regulam os sujeitos do contrato individual de trabalho, conceituando e caracterizando o empregado e o empregador. Segundo essas normas, é INCORRETO afirmar:

- (A) A empresa principal será responsável subsidiária em relação às subordinadas, em caso de formação de grupo econômico para os efeitos da relação de emprego.
- (B) O empregador assume os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal dos serviços do empregado.
- (C) O empregado é a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual, sob a dependência do empregador que lhe remunera.
- (D) O empregador não poderá fazer distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- (E) As alterações na estrutura jurídica da empresa, como, por exemplo, a mudança do quadro societário, não afetarão os direitos adquiridos por seus empregados.

27. Os contratos individuais de trabalho, quanto à duração, classificam-se em contratos por prazo determinado ou indeterminado. Sobre eles, é correto afirmar que

- (A) o prazo indeterminado para a contratação é a regra, constituindo-se em exceção legal a contratação por prazo determinado.
- (B) o contrato por prazo determinado poderá ser firmado por mero ajuste de vontade das partes, independentemente de sua finalidade.
- (C) os contratos por prazo determinado poderão ser firmados por, no máximo, quatro anos, sendo possíveis duas prorrogações dentro desse prazo.
- (D) o contrato a termo na modalidade de contrato de experiência não poderá ultrapassar 120 dias, podendo ser estipulado por até quatro períodos de 30 dias cada um.
- (E) a lei não prevê o pagamento de indenização para a hipótese de rescisão sem justa causa de forma antecipada, para o contrato por prazo determinado.

28. Vênus ausentou-se dos serviços por mais de 30 dias consecutivos, sem enviar qualquer comunicação para seu empregador justificando o motivo de suas faltas. Foram enviados três e-mails e três telegramas para que Vênus retornasse ao serviço ou justificasse a sua ausência. Nessa situação, fica caracterizada a justa causa para rescisão do contrato pelo empregador na modalidade

- (A) incontinência de conduta.
- (B) desídia.
- (C) insubordinação.
- (D) indisciplina.
- (E) abandono de emprego.

29. A suspensão contratual é conceituada como a paralisação temporária dos principais efeitos do contrato de trabalho, não havendo prestação dos serviços nem pagamento de remuneração; enquanto que a interrupção é a paralisação da prestação dos serviços com pagamento salarial e contagem de tempo de serviço. Considera-se como modalidade de suspensão e interrupção, respectivamente,

- (A) licença-paternidade e licença-maternidade.
- (B) aposentadoria por invalidez e férias anuais.
- (C) feriados e prestação do serviço militar obrigatório.
- (D) testemunha judicial e repouso semanal remunerado.
- (E) aborto não criminoso e auxílio-doença a partir do 16º dia.

30. A Constituição Federal prevê que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas. Sobre essas negociações, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) as Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais não poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, mesmo que a categoria não esteja organizada em Sindicatos.
- (B) a Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.
- (C) os Sindicatos poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, mesmo que não seja convocada Assembleia Geral para esse fim específico, visto que representam os interesses coletivos da categoria.
- (D) os Acordos e Convenções Coletivos de Trabalho devem conter a designação dos Sindicatos convenientes ou dos Sindicatos e empresas acordantes, podendo ser ajustadas por prazo indeterminado.
- (E) os Sindicatos representativos de categorias profissionais poderão celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho aplicáveis no âmbito de toda a categoria.

31. Em relação aos direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) há previsão apenas de direitos trabalhistas ao empregado urbano, não sendo contemplado o trabalhador rural cujos direitos estão previstos em lei específica.
- (B) não há previsão constitucional para direitos do trabalhador doméstico, cabendo à Consolidação das Leis do Trabalho regulamentá-los.
- (C) há igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- (D) não há qualquer previsão constitucional para a proteção do trabalhador em face da automação, bem como de seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador.
- (E) há previsão específica quanto à possibilidade de distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

32. O empregado que não recebe os salários da empresa empregadora poderá pleitear o pagamento por parte de outra empresa que pertença ao mesmo grupo econômico de sua empregadora, embora não tenha prestado serviços a essa empresa?

- (A) Não, porque o empregado não prestou serviços para a outra empresa do grupo econômico.
- (B) Sim, desde que essa responsabilidade esteja expressamente prevista no contrato de trabalho.
- (C) Não, visto que são empresas com personalidade jurídica própria, não havendo previsão legal para tal responsabilidade.
- (D) Sim, respondendo a empresa do grupo de forma solidária, por força de dispositivo legal trabalhista.
- (E) Sim, havendo apenas a responsabilidade subsidiária da empresa do grupo que não foi empregadora.

**Noções de Direito Administrativo**

33. De acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, a inadequada execução do contrato administrativo dá lugar à imposição de sanções, dentre elas, a
- (A) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, penalidade que, dada a gravidade de sua natureza, absorve as demais sanções, excluindo a possibilidade de cumulação.
 - (B) suspensão temporária de participar de licitação, que deve se limitar a prazo não superior a 3 (três) anos, sob pena de ser obrigatória a imposição da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar.
 - (C) multa pecuniária, que se presta a converter em pena todos os prejuízos apurados pela Administração pública, não podendo, portanto, ser cumulada com outras sanções, com exceção da declaração de inidoneidade para contratar.
 - (D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, que poderá cessar, mediante reabilitação, no caso de ressarcimento pelo contratado pelos prejuízos resultantes da inadequada execução.
 - (E) advertência, que se impõe no caso de infrações leves e não gravosas, e, portanto, dispensa prévia observância do direito de defesa do contratado.
34. Dentre os benefícios e vantagens advindos da utilização da modalidade de pregão, destaca-se a
- (A) inversão de fases, com a análise da documentação pertinente à habilitação antes da análise das propostas.
 - (B) existência de uma sessão pública para julgamento e classificação das propostas, com imediata abertura dos envelopes, com combinação de lances verbais.
 - (C) possibilidade de escolha de mais de um vencedor, classificados pelo valor da proposta apresentada, para subsequente análise da documentação pertinente à habilitação.
 - (D) possibilidade de análise conjunta de todas as propostas e da documentação de habilitação dos licitantes, para definição do vencedor combinando-se critério de julgamento de preço e técnica.
 - (E) preferência pelo pregão eletrônico ao presencial, com inversão de fases, quando se tratar de aquisição de bens cuja especificidade demande demonstração e detalhamento técnico de maior complexidade.
35. A mutabilidade que caracteriza o contrato administrativo,
- (A) é ilimitada, desde que a fundamentação da alteração demonstre a necessidade de fazê-lo para atendimento do interesse público.
 - (B) é ilimitada no que se refere aos aspectos quantitativos do contrato, e limitada no que concerne às alterações qualitativas, desde que fique demonstrada a necessidade de fazê-lo para atendimento do interesse público.
 - (C) expressa-se no aspecto quantitativo com limitações percentuais para acréscimos e supressões de obras, serviços ou compras, percentuais que não se aplicam quando se trata de análise de viabilidade de alteração qualitativa.
 - (D) expressa-se no aspecto qualitativo com limitações percentuais, combinado com a obrigação de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração diante de majorações de custos da contratada.
 - (E) limita-se à demonstração de necessidade da alteração para adequação de critérios técnicos ou financeiros, vedadas mudanças que promovam alteração qualitativa, em razão da impossibilidade de estabelecimento de majoração de custos da Administração pública.

36. A acumulação da percepção de vencimentos de cargo público efetivo com proventos de inatividade, nos termos da Lei nº 8.112/90, é
- (A) vedada, tendo em vista que a acumulação de cargos, para ser lícita, pressupõe atividade em ambos os casos, tornando-se inadmissível por ocasião da aposentadoria do servidor.
 - (B) permitida somente se o cargo do qual se aposentou o servidor e fundamenta a inatividade não tivesse a mesma natureza do cargo efetivo ainda ocupado pelo servidor.
 - (C) permitida, ainda que os cargos não fossem cumuláveis na ativa, tendo em vista que deixa de haver incompatibilidade de horários e das atividades exercidas.
 - (D) vedada, tendo em vista que só poderiam ser cumuláveis vencimentos de cargos em comissão, situação que perdura na inatividade de um dos cargos.
 - (E) permitida, desde que se esteja diante de hipótese de remunerações que também fossem cumuláveis durante o período de atividade.

37. O princípio da continuidade dos serviços públicos

- (A) aplica-se aos serviços públicos próprios e aos impróprios, diante da essencialidade de sua prestação, considerando-se a natureza estrita de serviço público que detêm.
- (B) aplica-se somente aos serviços públicos concedidos ou permitidos, tendo em vista que a delegação não constitui instrumento formal de transferência da execução a terceiros.
- (C) fundamenta a atribuição de prerrogativas à Administração, incluindo, dentre outras, a possibilidade de alteração contratual, encampação e uso compulsório de bens da contratada vinculados à prestação do serviço.
- (D) é sinônimo do princípio da mutabilidade do regime jurídico de prestação de serviços, tendo em vista que não existe direito adquirido a um específico regime jurídico, salvo no que se refere ao equilíbrio econômico-financeiro, que impede a redução dos valores dos contratos.
- (E) impede a suspensão ou a interrupção do contrato de prestação de serviços, cuja execução deve prosseguir, independentemente do ajuizamento de medida judicial para exigir eventual adimplência da Administração.

Administração Pública

38. Principais características do sistema de planejamento no Brasil:
- (A) intergovernamental e transitivo.
 - (B) técnico e autocrático.
 - (C) racional e indicativo.
 - (D) interativo e racional.
 - (E) contínuo e interativo.
39. Para Kotler (1975), o planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer
- (A) a definição de quem é o autor ou grupo que planeja.
 - (B) o monitoramento da implementação do plano.
 - (C) a realização de procedimentos específicos.
 - (D) a direção a ser seguida pela organização, visando a um maior grau de interação com o ambiente.
 - (E) a mensuração das metas físicas.



<p>40. Em relação à LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, considere:</p> <p>I. Desobriga a divulgação dos atos, contratos e outros instrumentos celebrados pela Administração pública direta.</p> <p>II. Estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos exclusivamente pela União, relativos aos gastos públicos.</p> <p>III. Contém restrições orçamentárias que visam a preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios.</p> <p>IV. É um dos mais fortes instrumentos de transparência em relação aos gastos públicos e privados, indicando os parâmetros para uma administração eficiente.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) III e IV. (C) I e III. (D) I e IV. (E) II e III.</p>	<p>Orçamento Público</p> <p>45. A Lei Orçamentária Anual NÃO poderá conter dispositivo sobre reformas administrativas porque fere o princípio orçamentário</p> <p>(A) da exclusividade. (B) do orçamento bruto. (C) da universalidade. (D) da especialização. (E) da não vinculação da receita.</p>
<p>41. A Administração pública tem como finalidade</p> <p>(A) a prestação de serviços aos cidadãos. (B) a conservação e aprimoramento de bens públicos. (C) a limitação dos princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas. (D) a ampliação da estrutura constitucional do Estado. (E) o estabelecimento de alicerces da formalidade e da materialidade.</p>	<p>46. De acordo com a Constituição Federal de 1988, na indicação dos recursos necessários para aprovação das emendas ao projeto de lei do orçamento anual são admitidos APENAS os provenientes de</p> <p>(A) superávit financeiro do exercício anterior, reduzido do valor dos créditos adicionais especiais e extraordinários a serem reabertos no exercício a que se refere a lei. (B) anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal. (C) excesso de arrecadação do exercício anterior, excluídas as receitas provenientes de transferências constitucionais e legais. (D) contratação de operações de crédito, inclusive aquelas por antecipação da receita orçamentária e com vencimento em um prazo inferior a 12 meses. (E) economia orçamentária do exercício anterior, excluídas as dotações não utilizadas referentes a créditos adicionais especiais.</p>
<p>42. O modelo burocrático de Max Weber é um modelo organizacional disseminado nas administrações durante o século XX em todo o mundo. O modelo burocrático é atribuído a Max Weber porque o sociólogo alemão analisou e sintetizou suas principais características. NÃO corresponde a essas características o que está expresso em</p> <p>(A) caráter racional e divisão do trabalho. (B) hierarquia de autoridade. (C) impessoalidade nas relações. (D) relação de coesão ou de antagonismo. (E) caráter formal das comunicações.</p>	<p>47. Sobre o processo de planejamento e orçamento, considere:</p> <p>I. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas relativas aos programas de curta duração.</p> <p>II. A lei de diretrizes orçamentárias conterá, no mínimo, a discriminação da receita, por fontes, e da despesa, por elementos de despesa.</p> <p>III. A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.</p> <p>IV. A lei orçamentária anual conterá Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II e IV. (D) III. (E) IV.</p>
<p>43. O conceito: <i>especialização horizontal na organização através da criação de departamentos para cuidar das atividades organizacionais; é decorrente da divisão do trabalho e da homogeneização das atividades</i> refere-se a</p> <p>(A) centralização. (B) descentralização. (C) departamentalização. (D) reengenharia. (E) <i>downsizing</i>.</p>	
<p>44. Segundo Chiavenato (2008), para que as organizações públicas ou privadas consigam acompanhar as constantes mudanças e evolução do mundo moderno, elas precisam equiparar talentos e competências. O autor afirma, ainda, que a excelência na prestação de serviços públicos ou privados não depende apenas de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas, mas depende também, principalmente, de</p> <p>(A) gerir competência e alcançar resultados significativos por meio delas. (B) solucionar pesquisa e consultoria de recursos humanos. (C) elaborar programas de recursos humanos. (D) acompanhar e monitorar pessoas. (E) criar condições ambientais e psicológicas favoráveis.</p>	



48. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a aquisição de um terreno para a construção de uma Unidade Básica de Saúde é classificada, na entidade pública que adquiriu o imóvel, como
- (A) inversão financeira.
 - (B) despesa de custeio.
 - (C) investimento.
 - (D) outras despesas correntes.
 - (E) transferência de capital.
49. A execução da receita oriunda do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores se dá em
- (A) três estágios: arrecadação, liquidação e recolhimento.
 - (B) dois estágios: arrecadação e recolhimento.
 - (C) quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
 - (D) três estágios: previsão, arrecadação e recolhimento.
 - (E) três estágios: lançamento, arrecadação e recolhimento.
50. No exercício financeiro de X1, conforme regime de competência e obedecidos os critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Poder Judiciário de um Estado, esfera estadual, foi R\$ (mil) 6.000,00. Deste valor, R\$ (mil) 5.500,00 foram pagos durante o exercício financeiro de X1.
- Com base nessas informações e sabendo que a receita corrente líquida do Estado, no exercício de X1, foi R\$ (mil) 100.000,00, é correto afirmar que o limite de despesa com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal
- (A) foi atendido e o Poder Judiciário pode fazer alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa.
 - (B) não foi atendido e o Poder Judiciário deve reduzir a despesa em um montante correspondente a 0,5% da Receita Corrente Líquida.
 - (C) foi atendido e o Poder Judiciário pode aumentar a despesa em até R\$ (mil) 200,00 para ficar dentro do limite.
 - (D) foi atendido e o Poder Judiciário pode aumentar a despesa em até R\$ (mil) 500,00 para ficar dentro do limite.
 - (E) foi atendido, mas o Poder Judiciário não pode criar cargo, emprego ou função.

Administração de Recursos Humanos

51. O Movimento das Relações Humanas, na década de 1920, trouxe um desafio extremo à função de Chefe de Pessoal, sendo que esse novo modelo de administração teve como base, a mudança na relação entre empregados e empregadores. Enquanto a escola clássica operava utilizando-se da força do *autocratismo*, o novo modelo propunha aumentar a produtividade pela eliminação dos conflitos entre os indivíduos e seus respectivos custos. Pode-se compreender que surge um novo movimento nas relações humanas dentro das organizações dando-se ênfase
- (A) à figura do *Homo Social*, se preocupando com o indivíduo, com suas necessidades e outras variáveis.
 - (B) ao especialista que se preocupava com a burocracia, sem entender suas necessidades.
 - (C) às organizações que só visavam o lucro e benefícios.
 - (D) às organizações que focam apenas os aspectos de sua imagem.
 - (E) à figura do chefe visando apenas à autocracia.
52. O conceito de clima organizacional envolve um quadro amplo e flexível da influência ambiental sobre a motivação. O clima organizacional é a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que é percebida ou experimentada pelos membros da organização, influenciando seu comportamento. Pode-se identificar que o clima organizacional, dentro de uma organização, favorece aos seus participantes um ambiente propício a
- (A) um sistema de relacionamento ineficaz.
 - (B) satisfação das necessidades pessoais dos participantes e elevação de sua moral.
 - (C) um sistema de relacionamento com conflitos.
 - (D) uma insatisfação no ambiente de trabalho em relação ao comportamento dos participantes.
 - (E) uma experimentação sem necessidade de envolver os participantes.
53. As grandes organizações são as responsáveis pelas primeiras mudanças. Existiam patrocínios de estudos acadêmicos, havendo uma valorização de novas posturas de comando. Diga-se que não era propriamente resultado da sensibilidade patronal daquela época. Sempre foram, como ainda são hoje, investimentos interessantes do ponto de vista da imagem da empresa e do seu *marketing* político.
- Neste cenário, a área de gestão de pessoas começou a surgir, a partir do desenvolvimento dos processos, métodos e normas de trabalho, o interesse no estudo de alguns fenômenos observados no campo da psicologia organizacional e da sociedade no trabalho, principalmente, no que tange ao comportamento do homem.
- Dentro do contexto das mudanças houve a evolução da área de gestão de pessoas, que se caracteriza por:
- (A) fase contábil, fase legal, fase tecnicista, fase administrativa e fase estratégica.
 - (B) planejar, dirigir, controlar, organizar e coordenar.
 - (C) planejamento estratégico, planejamento tático, planejamento organizacional e planejamento operacional.
 - (D) provisão, planejamento, avaliação e desempenho.
 - (E) treinamento, qualidade de vida, desenvolvimento e recrutamento.



54. O gerenciamento dos serviços de Tecnologia de Informação necessita prover pontos de controle que permitam avaliar seu processo de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, que constituem pontos de controle conhecidos como Indicadores-Chave de Desempenho (*Key Performance Indicator – KPI*). Os indicadores índice de custos contabilizados e índice de consultas atendidas dentro do prazo estabelecido são pontos de controle visualizados, respectivamente, nas seguintes perspectivas:

- (A) eficácia e eficiência dos prazos estabelecidos.
- (B) eficiência e eficácia do controle.
- (C) efetividade e eficácia do processo.
- (D) eficiência e economicidade.
- (E) efetividade e economicidade.

55. Um dos temas mais importantes no estudo de liderança é o processo racional de tomada de decisão, objetivo de análise e de propostas de modelos. Com relação a esse tema, condiz com os estilos de liderança estudados nas relações humanas na administração,

- (A) o nível de planejamento estratégico empresarial, possibilitando a análise e trabalho em equipe.
- (B) as variáveis de nível macroambiental e microambiental que favorecem a análise ambiental.
- (C) as variáveis da política de regras e políticas disciplinares em relação ao ambiente externo.
- (D) as variáveis da política de regras e políticas disciplinares em relação ao ambiente interno.
- (E) as lideranças autocrática, democrática e liberal.

Noções de Gestão Pública

56. A Resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) caracteriza-se como peça de gestão estratégica, pois

- (A) apresenta um diagnóstico estratégico do Poder Judiciário Brasileiro.
- (B) manifesta a prontidão estratégica por parte dos magistrados ao elencar uma série de objetivos de longo prazo.
- (C) traz uma visão de futuro, elenca valores a serem perseguidos, define objetivos, prazos e formas de avaliação dos resultados.
- (D) define macrotendências e fixa metas para a consecução das mudanças de curto e médio prazos.
- (E) estabelece princípios avaliativos e propõe ações corretivas.

57. NÃO se refere ao chamado Ciclo PDCA a seguinte característica:

- (A) enfatiza a identificação de forças e fraquezas de uma organização, em uma análise ambiental, auxiliando no planejamento estratégico.
- (B) está dentro do escopo do controle de qualidade nas organizações.
- (C) associa-se à noção de melhoria contínua.
- (D) a fase de planejamento do ciclo está ligada ao estabelecimento de metas e definição de métodos para alcançá-las.
- (E) a fase de execução do ciclo consiste em capacitação da organização para a implementação do planejado e na própria implementação do plano.

58. A competência interpessoal ganha importância dentro das organizações, pois

- (A) os colaboradores, com a acentuada divisão de tarefas, encontram-se demasiadamente isolados, sem interação de qualquer natureza.
- (B) os avanços tecnológicos, notadamente na área da informação, valorizaram muito os contatos face a face e o desenvolvimento interpessoal, em detrimento de um enfoque mais tecnicista e científico.
- (C) mostra-se, na maioria dos contextos grupais e organizacionais, ao lado da competência técnica, absolutamente necessária para o exercício pleno das funções de liderança.
- (D) o problema do conflito, nas mais recentes abordagens sobre a gestão de pessoas, já se vê, de antemão, eliminado.
- (E) relaciona-se com a noção de capital intelectual e não pode ser entendida como geradora de valor econômico para a organização, mas apenas como fonte de valorização social do indivíduo.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

59. Das decisões proferidas pelo Corregedor nos pedidos de correição cabe agravo

- (A) de instrumento para o Tribunal Pleno, no prazo de oito dias, a contar da notificação ou publicação.
- (B) de petição para o Tribunal Pleno, no prazo de oito dias, a contar da notificação ou publicação.
- (C) regimental para o Tribunal Pleno, no prazo de dez dias, a contar da notificação ou publicação.
- (D) de instrumento pra o Tribunal Pleno, no prazo de dez dias, a contar da notificação ou publicação.
- (E) regimental para o Tribunal Pleno, no prazo de oito dias, a contar da notificação ou publicação.

60. Instaurado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região procedimento disciplinar contra um determinado Magistrado de 1º Grau, as medidas punitivas previstas no Regimento Interno do Tribunal serão tomadas por

- (A) dois terços, no mínimo, dos membros efetivos do Tribunal, em sessão secreta, da qual se publicará apenas a conclusão.
- (B) maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal, em sessão secreta, da qual se publicará apenas a conclusão.
- (C) maioria simples dos membros efetivos do Tribunal, em sessão pública, da qual se publicará apenas a conclusão.
- (D) maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal, em sessão pública, da qual se publicará apenas a conclusão.
- (E) dois terços, no mínimo, dos membros efetivos do Tribunal, em sessão pública, da qual se publicará apenas a conclusão.

**DISCURSIVA**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que for assinada fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva.

Asilo político: abrigo concedido por um país ou por sua legação a um estrangeiro perseguido, por motivo político, pelo seu Estado.

(Maria Helena Diniz. **Dicionário jurídico universitário**. São Paulo: Saraiva, 3. ed., 2011, p. 54)

Pode-se dizer que, desde tempos imemoriais, o asilo político é um direito. O Brasil, país que aceita a concessão de asilo político, passa por muitos questionamentos acerca dos interesses advindos das concessões aos solicitantes. Há casos em que o Estado, de prontidão, se sensibiliza e confere o benefício. Todavia, em outros casos, o Brasil se nega a conceder ao solicitante o asilo político.

(Adaptado de: <http://jus.com.br/revista/texto/14997/concessao-de-asilo-politico-no-brasil>)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito do tema:

A concessão de asilo político no Brasil

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	